

Greve dos servidores termina

Em assembléia realizada no dia 17 de novembro, os servidores técnico-administrativos da UFG aprovaram, com apenas quatro abstenções, o fim da greve e o retorno ao trabalho no dia 21 de novembro. Este foi um recuo tático para garantir ganhos para a categoria, em futuras negociações com o MEC. Veja nesta edição um resumo do que foram os três meses de movimento, deflagrado num momento em que o país atravessava uma de suas maiores crises políticas.

Página 3**Grande festa comemora reabertura do restaurante no dia 3 de dezembro****Página 8**

Comissão informa sobre fundo de greve

A Comissão de Finanças do Comando Local de Greve divulgou nota sobre a aplicação dos recursos obtidos com os descontos de novembro. Apesar do fim da greve, o fundo de greve relativo a este mês foi mantido, uma vez que o Departamento Pessoal da universidade já havia efetuado os descontos na folha de pagamento.

Página 2

V Congresso de Servidores Técnico-administrativos

De 29 de novembro a 1º de dezembro aconteceu o V Congresso de Servidores Técnico-administrativos, promovido pelo SINT-UFG. A programação incluiu a discussão de assuntos como reformas Universitária, Sindical e Trabalhista e do Estatuto, além das conjunturas estadual e nacional. Representantes da UFG, da FASUBRA, da CUT, dos estudantes e de partidos políticos se reuniram nas mesas de debates.

Página 6**29, 30 DE NOV. E 1º DE DEZ./2005 - GOIÂNIA-GO**

Ainda nesta edição:

Câmara dos Deputados responde ao CNG/Fasubra**Pág. 6****Especialista elabora planilhas de cálculo para ação dos 28,86%****Pág. 7****Campeonato de Futebol Soçaite reúne sete equipes****Pág. 8**

Categoria adota novas estratégias de negociação

O fim da greve dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Goiás e o retorno ao trabalho no dia 21 de novembro, aprovado com apenas quatro abstenções em Assembléia Geral realizada no dia 17 de novembro, foi mais uma demonstração do amadurecimento da categoria. O movimento entendeu que estavam esgotadas as possibilidades de negociação em greve e que havia chegado o nosso limite.

do o nosso limite.

O recuo, no entanto, foi tático. A opção por acabar com a greve não significou desistir de nossos objetivos e nem foi uma derrota do movimento. Ao contrário, a decisão tomada pelos técnico-administrativos mostra que sabemos lutar em defesa dos nossos interesses, mas com cautela. Esta trégua foi necessária para a retomada das discussões com o MEC. Dispensar esta oportunidade seria negar os recursos já oferecidos e a

possibilidade de ampliar, na mesa de negociações, os benefícios que já conseguimos graças ao esforço de muitos.

Esta greve foi histórica. Os servidores técnico-administrativos da UFG deflagaram o movimento no meio de uma das maiores crises políticas do país. Desgaste do governo Lula e do PT, substituições nas equipes do MEC, troca do ministro Tarso Genro por Fernando Haddad, erros na condução do processo de

negociação, falta de disposição do governo em negociar com os grevistas e divisão interna do movimento. Tudo isso pontuou o movimento e nos colocou diante de difíceis decisões. Agora, a luta por nossos interesses continua, mesmo com o fim da greve. Fica mais esta experiência e a certeza de que, certos ou errados, estamos no caminho, buscando o melhor para a nossa categoria.

Nota da Comissão de Finanças do Comando Local de Greve

1. O desconto do fundo de greve de 1% sobre a remuneração dos servidores técnico-administrativos da UFG, foi aprovado em assembléia do dia 17/08/2005, descontado mensalmente durante o período da greve;

2. Os descontos foram efetivados nos pagamentos dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro;

3. Nas assembléias, a Comissão de Finanças sempre afixou em 5 pontos diferentes do auditório, o relatório das despesas efetuadas;

rio, o relatório das despesas efetuadas;

4. A prestação de contas do encerramento da greve, será publicada no primeiro boletim informativo após o dia 05/12/2005, data esta em que deverá estar liquidada todas as despesas que se encontram em aberto;

5. Todo o saldo remanescente do fundo de greve, ficará depositado em caderneta de poupança da CEF, onde só poderá ser movimentado pela Comissão de Finanças da

próxima greve;

6. Com o encerramento da greve no dia 21/11/2005, foram feitas tentativas de suspensão dos descontos para o mês de novembro, mas em contato com a Sra. Diretora do Departamento do Pessoal da UFG, esta informou que os descontos já haviam sido processados em definitivo.

Diante disso, conforme ficou deliberado na Assembléia Geral do dia 16/11/2005, onde aprovou o final da greve, já que o o

desconto foi mantido, este já será o fundo de greve para o primeiro mês da próxima greve, não sendo necessário novo desconto.

Em, 16 de novembro de 2005

Comissão de Finanças:
Julio César Prates
Fernando César Silva da Mota
Joana Rosa Mendonça
Demerval de Oliveira Lima
Ladi Martins Figueiredo

BOLETIM
DE
GREVE

SINT-UFG

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

- Coordenação: Fátima dos Reis
- Coordenação Sindical Adjunto: João Pires Júnior
- Coordenação de Administração e Finanças: Júlio César Prates
- Coordenação Adjunto de Administração e Finanças: Agostinho de L. e Silva
- Coordenação Social: Maria Lucimar M. dos Santos
- Coordenação Social Adjunto: Eunice Carneiro
- Coordenação de Formação Política e Sindical: Vera Lúcia Garcia A. Arruda
- Coordenação de Formação Política e Sindical Adjunto: Antônio Tavares D. Lopes
- Coordenação de Imprensa e Divulgação: Cleiton Porto Moraes

- Coordenação de Imprensa e Divulgação Adjunto: Antônio G. da Silva
- Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Joana Rosa Mendonça
- Coordenação de Aposentados e Pensionistas Adjunto: Elena Bonfim Xavier
- Secretário de Organização e Administração do Clube: Amarildo Rodrigues Paixão
- Secretário de Organização e Administração do Clube Adjunto: Olinto Costa M Filho
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista: Jandira de Souza L. Gonçalves
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista Adjunto: Joaquim L. de São José
- Secretário de Esporte e Cultura: Luis Mauro de Souza
- Secretário de Esporte e Cultura Adjunto: Benedito B. da Silva

Editor
Francisco Barros

Projeto gráfico
Gaspar Pereira

Produção: **ei** (62) 3587-1406
editora
interativa

www.interat.com.br

interat@interat.com.br

Servidores da UFG encerram greve no dia 21 de novembro

A disputa com o governo e a proximidade do prazo limite para se conseguir incluir no orçamento de 2006 um recurso adicional que beneficiasse a categoria foram fatores que pesaram na hora de decidir pelo fim da greve. No documento a seguir, uma avaliação do movimento.

Os servidores técnico-administrativos da UFG deflagram o movimento de greve num momento em que o país atravessa uma de suas maiores crises políticas. Bombardeados pelas forças depostas do poder político em 2002 e, também, por setores tidos de esquerda, ancorados por importantes meios de comunicação, o governo Lula e o PT passam a viver sob forte e angustiante processo de denúncias e, conseqüentemente, todos os partidos da base de sustentação do governo e suas tendências organizadas no movimento sindical ligadas à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Neste quadro político a FASUBRA desenvolve o processo de negociação da pauta específica no MEC, quando o Governo promove substituições em sua equipe, tanto para contemplar partidos da base aliada, com o objetivo de fortalecer a sua defesa, quanto para liberar quadros para assumir postos de controle na estrutura interna do PT, a fim de controlar a crise interna que se instala a partir de denúncias do envolvimento de alguns de seus dirigentes em processos de corrupção. No geral, essas movimentações fortalecem os setores de centro na composição do governo e jogam o PT e setores importantes da sociedade em um profundo defensismo político.

É neste momento que os novos interlocutores do MEC, após a substituição do ministro Tarso Genro por Fernando Haddad, cometem erros na condução do processo de negociação em curso (fatídica reunião do dia 02/08/05) e possibilitam



mento dos TAE se unifique para lançar a greve, por unanimidade, como alternativa de condução da categoria à conquista de suas reivindicações.

Deflagrada a greve, o primeiro encontro entre o governo e o CNG só ocorre após muitos esforços, que contam como o apoio da ANDIFES e da Comissão Parlamentar, composta por deputados federais do PT e do PCdoB. Na oportunidade, o MEC apresenta proposta concreta, sinalizando para a retomada do processo de negociação, em mesas específicas, com a possibilidade de avanços na pauta, (R\$ 320 milhões para a segunda etapa, R\$ 100 milhões para a não absorção do VBC e continuidade da mesa de negociação) condicionada ao retorno ao trabalho.

Motivada por diferentes perspectivas, a maioria do CNG não compreende a importância da proposta apresentada, induzindo a catego-

ria a negá-la. Uma parte é motivada pelo caráter político-partidário que foi dado ao movimento e, a outra, pelo desconhecimento das reais possibilidades de se avançar na negociação estando em greve. Prova disso são as diversas justificativas alegadas para a continuidade da greve, algumas, inclusive, fora do eixo da nossa pauta.

Cabe ressaltar que o governo pede um crédito até 30 de setembro para concretizar esta negociação internamente, mas, infelizmente, a categoria por não entender o recuo tático do movimento naquele momento não acata a proposta de suspensão do movimento por 30 dias. Jamais saberemos se o governo estava blefando ou não.

A recusa da proposta, após o MEC afirmar ser oficial, traz para o CNG a responsabilidade pela rejeição de recursos para a categoria, experiência que a FASU-

BRA não tinha em seu histórico, desobrigando, assim, o governo da responsabilidade de viabilizar os recursos necessários para sua implementação.

Somente após uma reavaliação do CNG – em que esse faz uma mea-culpa, casada com diferentes ações junto aos aliados já constituídos e novos agregados, como o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, além das ações desenvolvidas nos Estados, gerando repercussões políticas e sociais – o diálogo é retomado.

Neste segundo momento o governo recebe o CNG e apresenta uma nova proposta: R\$ 250 milhões para a segunda etapa da carreira e a constituição de grupos de trabalho para discutir os problemas do VBC e racionalização, com um cronograma variando de 60 a 120 dias para conclusão dos trabalhos. Novamente o governo condiciona a abertu-

ra do processo de negociação ao fim da greve.

Há consenso dentro do CNG que a proposta rebaixada apresentada pelo governo é insuficiente e não atende à categoria. As divergências aparecem na maneira de se buscar ampliar tal proposta. Parte acredita ser possível ampliar a proposta em processo de negociação dentro da greve, parte acredita que somente com a suspensão da greve e a retomada da mesa de negociação é que será possível ampliá-la.

O governo tem se mostrado intransigente com a FASUBRA, dando-lhe um tratamento diferenciado do que já foi dispensado às demais entidades em greve, como a ANDES e o SINA-SEFE, negando-se a negociar em greve, desde o seu início, mostrando-se ranco-roso e penalizando a categoria com propostas rebaixasadas, deixando transparecer estar dando ao movimento o mesmo caráter político-partidário que fora dado pelo CNG quando do início da greve.

Mesmo com este entendimento, o movimento, após ser consultado sobre a suspensão da greve, decide mais uma vez por sua continuidade e refaz todo o caminho feito anteriormente. Ou seja, articula com parlamentares, envia documentos a ministros, no sentido de sensibilizar o MEC para que o mesmo recebesse o CNG, faz manifestações e vigília diante do MEC e encaminha documento ao ministro, onde consta:

“Temos como elementos principais, sem menosprezo aos demais itens da pauta que também devem ser respondidos por este ministério, os que seguem:

1. Implantação da segunda etapa de nossa carreira a partir de janeiro de 2006.

2. Resolução imediata do Vencimento Básico Complementar (VBC): Nesse ponto, o MEC inicialmente apresentou uma proposta, que foi aceita pela categoria como patamar inicial no processo de negociação,



desde que esta seja em caráter temporário e que tenha um calendário e repercussão financeira para resolução definitiva do VBC, iniciando em 2006. Este elemento é decisivo, uma vez que mais de 1/3 da categoria não terá nenhum ganho econômico em 2006.

3. Um cronograma de discussão e repercussão financeira para a implantação do processo de racionalização, iniciando em 2006”

Com este documento, o CNG afirma ao governo que, dos pontos de pauta que elegemos como prioritários, sem detrimento dos outros, resta o problema da data de implantação da 2ª etapa do VBC e da Racionalização.

No dia 14/11 o governo recebe o CNG e encaminha documento à FASUBRA respondendo aos pontos acima referidos, estabelecendo janeiro como prazo de implantação da 2ª etapa do enquadramento e implantação da Racionalização, ainda em 2006.

Quanto ao VBC, embora não conste do documento, o governo afirma textualmente que a sua solução não se dará em 2006, deixando claro, na fala da coordenadora de Recursos Humanos do MEC, que a alternativa da não absorção do VBC, para o MEC, passa pela sua transformação em VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, que esta medida trará prejuízo para quem tem VBC e que a solução passa pela reestruturação da tabela. Ainda, que o

Grupo de Trabalho deve apresentar saída para este problema:

“Em virtude das implicações estruturais e de impacto financeiro que qualquer proposta neste sentido acarretará à carreira, faz-se necessária a discussão aprofundada e detalhada”. Of. nº 605/2005-MEC.

No nosso entendimento, temos condições de vencer juridicamente o MEC de que a não absorção do VBC poderá ser realizada sem que o mesmo seja transformado em VPNI e que basta uma mudança no texto do artigo que cria o VBC. Para tanto, precisamos estabelecer, urgentemente, uma mesa de negociação.

Este posicionamento difere do posicionamento do coletivo Vamos à Luta. Para eles a solução do VBC, ainda que temporário, só se dará em greve.

Essa disputa com o Governo, associada à proximidade do prazo limite para se conseguir incluir no orçamento de 2006 um recurso adicional que beneficie a categoria no próximo ano (votação do orçamento 2006 em 15/12/2005), e o grau de mobilização da categoria que, no seu conjunto, apresenta um baixo percentual de participação na greve, nos obriga a considerar um recuo tático, para abertura imediata da mesa de negociação para solução do VBC. Este é o único item da pauta, elencado como prioritário, não respondido de forma a atender a nossa

reivindicação, sob pena de condenarmos grande parte da categoria a ficar sem qualquer ganho salarial por três anos consecutivos (2004, 2005 e 2006).

Os presentes na Assembleia Geral da categoria avaliam que a manutenção de uma queda de braço entre o governo e o Movimento, para ver se negociamos ou não em greve, nesse momento, só prejudica a categoria, pois o prazo está se esgotando e a possibilidade da categoria ter perdas irreparáveis mostra-se cada vez mais evidente.

Reconhecem, também, que as grandes conquistas da categoria, inclusive o PCCTAE, se deram em processo de negociação em greve e que o recuo tático nesse momento não significa virar as costas para o grupo de NS e nem demonstra uma derrota do movimento. Pelo contrário, mostra que o movimento sabe lutar em defesa dos interesses da categoria. Derrota será se negarmos os recursos já oferecidos e a possibilidade de ampliá-los na mesa de negociação.

Desta forma, a Assembleia Geral reafirma a posição de suspensão da greve, como um recuo tático necessário para a retomada da mesa de negociação junto ao MEC, baseado na:

a. Baixa mobilização da categoria no conjunto das universidades;

b. proximidade do prazo limite para se conseguir incluir no orçamento de 2006 um recurso adicional que beneficie a categoria no próximo ano (votação do orçamento 2006 em 15/12/2005) e;

c. possibilidade da categoria que possui VBC ter perdas irreparáveis mostrar-se cada vez mais evidente.

“Somos conseqüência dos nossos atos, se estamos certos ou errados, só a história da vida irá dizer”.

Goiânia, 17 de novembro de 2005.

ASSEMBLÉIA GERAL
DA CATEGORIA
SINT-UFG

MEC apresenta proposta ao CNG

Em documento enviado à Fasubra, o MEC se comprometeu a elaborar propostas para 2006

Ofício nº 605 /2005/
SEAD/MEC
Brasília, 14 de novembro
de 2005.
À: Fasubra

Em resposta ao Ofício Fasubra nº 244 de 10 de novembro de 2005 temos os seguintes pontos a informar:

1. Após a finalização dos cálculos relativos a implantação da segunda etapa do enquadramento, que compreende o enquadramento nos níveis de capacitação e o incentivo à qualificação nos percentuais "cheios" previstos no anexo IV da Lei nº 11 091/2005, e considerando as validações efetuadas pelas comissões de enquadramento no Sistema Canal-cggp, chegou-se a um montante de aproximadamente R\$ 255 milhões para sua efetivação a partir de janeiro de 2006.

2. Com "relação à resolução imediata Vencimento Básico Complementar", reafirmamos que, em virtude das implicações estruturais

e de impacto financeiro que qualquer proposta neste sentido acarretará à carreira, faz-se necessário a discussão aprofundada e detalhada. Reafirmamos, portanto a retomada do Grupo de trabalho, criado para este fim, tão logo sejam normalizadas as atividades nas Instituições Federais de Ensino.

3. O processo da racionalização dos cargos deverá ser tratado no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão e com base nos limites jurídicos e constitucionais que tal processo requer para evitar prejuízos aos próprios servidores. O GT para a elaboração de proposta de racionalização, que deverá ser implantada a partir de 2006 será retomado tão logo sejam normalizadas as atividades funcionais dos servidores.

Atenciosamente,

RONALDO TEIXEIRA
DA SILVA
Secretário-Executivo
Adjunto



MEC reafirma proposta em 25 de novembro

Ofício nº 847/2005/
SE/MEC
Brasília, 25
de novembro de 2005.

Aos: Dirigentes da
FASUBRA

Senhores Dirigentes,

Diante das dúvidas apresentadas pelo Comando Nacional de Greve - CNG na última reunião

do dia 23/11, ressaltamos o compromisso estabelecido por este Ministério, que vem sendo integralmente cumprido desde 2004, de implantação da Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, estabelecendo como prioridade a garantia da viabilização da 2ª etapa do enquadramento a partir de 01 janeiro de 2006.

Mais uma vez reiteramos

a disposição do MEC de construir solução duradoura para a resolução das distorções do Vencimento Básico Complementar - VBC, a partir da retomada do Grupo de Trabalho criado para este fim e a implantação de uma política de desenvolvimento para os servidores das IFEs.

Como resultado da reunião realizada no último dia 23, ficou evidenciado que

não há disposição do CNG de construir um acordo para o imediato retorno ao trabalho. Sendo assim, o MEC decide dar por encerrada a negociação e, nas próximas semanas, adotará as medidas cabíveis diante do impasse estabelecido.

JAIRO JORGE DA
SILVA
Secretário-Executivo

Câmara dos Deputados responde ao CNG/Fasubra

Veja, na íntegra, o documento que foi enviado ao Comando Nacional de Greve da Fasubra, pelo gabinete da presidência da Câmara dos Deputados.

Ao Comando Nacional de Greve da FASUBRA,

Recebemos sua correspondência, na qual desabafaram sobre a relação a atual situação dos servidores das Instituições Federais de Ensino Superior. Externamos o nosso orgulho e satisfação em percebermos a atuação dos brasileiros quando se trata da defesa de seus direitos.

Fazemos questão de responder-lhe e agradecer sua iniciativa em nos escrever, pois ela vem ao encontro da proposta que temos para a direção da Câmara dos Deputados, de oportunizar ao máximo a participação dos ci-

dadãos nos debates dos temas importantes em discussão no Congresso e no País.

Creia que, da parte desta Presidência, no que depender das atribuições do Parlamento Federal, reafirmamos o compromisso de conduzir os trabalhos da Câmara dos Deputados de forma democrática, ética, com dignidade e, principalmente, com respeito aos senhores e a todos os brasileiros, de forma a produzir aqui uma legislação afinada com os interesses da sociedade, inclusive na área da educação.

É importante ressaltar que a câmara dos Deputados é compromissada com o desenvolvimento da educação de nosso país e que, por isso, vem tomando medidas que objetivam assegurar os direitos dos profissionais da educação.

Citamos os trabalhos da Comissão de Educação e

Cultura e da Frente Parlamentar da Educação, que vem realizando Audiências Públicas, ouvindo diversos segmentos da sociedade e analisando os projetos que objetivam o desenvolvimento da educação de nosso país e a boa formação da sociedade. O processo de mudança, porém, levará algum tempo, e precisamos de sua confiança e um pouco mais de paciência. Não conseguiremos em poucos meses modificar

uma estrutura gerada por séculos de atraso e dependência externa, resultando em um quadro de injustiças que estamos procurando corrigir. Colocamo-nos a disposição desse e de qualquer movimento cujo interesse seja de reivindicar o que é justo e legítimo.

Atenciosamente,

GABINETE DO
PRESIDENTE

CONVITE

Ex-reitor da UFG recebe homenagem

A diretoria do Sint-UFG convida seus associados para participar da entrega do título de Professor Emérito ao ex-reitor da Universidade Federal de Goiás e Professor Joel Pimentel de Ulhôa. O título, que foi aprovado pelo Conselho Universitário, será entregue no dia 2 de dezembro, às 20h, em uma solenidade na Faculdade de Direito da UFG, no Campus I.

Sindicato promove o V Congresso de Servidores Técnico-administrativos

O Sint-UFG realizou este ano o V Congresso de Servidores Técnico-administrativos. As discussões em três dias de evento foram em torno de assuntos como reformas Universitária, Sindical e Trabalhista e do Estatuto, além das conjunturas estadual e na-

cional. Participaram dos trabalhos representantes da UFG, da FASUBRA, da CUT, dos estudantes e de partidos políticos.

Os debates do V Congresso de Servidores Técnico-administrativos foram realizados de 29 de novembro a 1º de dezembro.



V CONGRESSO
SINT  **UFG**

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

29, 30 DE NOV. E 1º DE DEZ./2005 - GOIÂNIA-GO

Metodologia a ser utilizada para os cálculos da ação dos 28,86%

Para a elaboração da planilha foram contratados os serviços especializados de um contador.

O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás, através de sua Assessoria Jurídica, está providenciando a execução da sentença do processo referente a diferenças salariais relativas à revisão geral de remuneração de 28,86%. É importante frisar que, para propor a execução da sentença, um dos requisitos é que o sindicato junte uma planilha de cálculos demonstrando o valor que cada substituído teria direito. Nesse sentido, em decorrência da complexidade dos cálculos, o sindicato contratou o serviço especializado de um contador para elaboração da planilha. Veja, a seguir, como foi feito o trabalho.

A equipe de cálculo elaborou duas planilhas, sendo que na primeira foi utilizada como base de cálculo a evolução funcional da Portaria Mare nº 2179 e a Medida Provisória nº 1.704/98.

Frise-se, que a Portaria e a Medida Provisória mencionadas, são utilizadas pela AGU na feitura de cálculos em que a União figura como réu.

Já na segunda planilha, foram utilizados outros critérios para fins de cálculos, que são:

1) Foi realizado somente o abatimento do aumento salarial recebido pelos servidores como decorrência da variação do enquadramento implementado pelas tabelas anexas à Lei nº 8627/93, em comparação

às tabelas da Lei nº 8622/93, o qual foi calculado mediante a divisão do vencimento básico do servidor no mês de março de 1993 pelo seu vencimento básico do mês de janeiro do mesmo ano;

2) No caso da variação apontada pela tabela do Mare, para o mesmo padrão e classe em que se encontrava o servidor, se superior à que foi encontrada nos termos do item 1, foi utilizada então aquela tabela (tabela Mare);

3) Nos Padrões 1, 2, 3 das Classes D de todas as carreiras foram considerados devidos os 28,86% integrais;

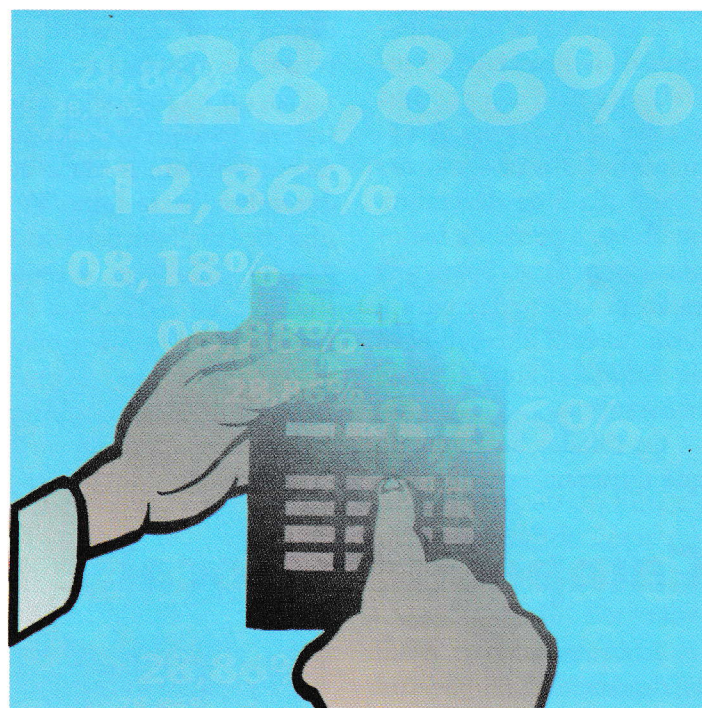
4) O percentual encontrado na forma dos itens anteriores foi calculado até o mês de junho de 1998, sem o abatimento de qualquer variação decorrente de progressão funcional que o servidor tenha no período;

5) A partir do mês de julho de 1998, são devidos para os servidores as diferenças entre os percentuais encontrados na forma dos itens 1, 2 e 3 e aqueles que lhes tiverem sido pagos a partir de então, a título de implementação dos 28,86%;

6) Sobre os CDs e FGs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 exercidos durante o período de janeiro de 1993 e junho de 2005 foram calculados as diferenças equivalentes a 28,86% de forma integral;

7) Sobre as FGs 7, 8 e 9, foram calculados os 28,86% integrais somente até junho de 1998, e

8) Sobre os Quintos/Décimos Incorporados relati-



vos à FCs, CDs e FGs, foram calculados os 28,86% somente até junho de 1998.

As modificações realizadas decorrem de decisões judiciais proferidas em diversas demandas, implicando no reconhecimento pelo STJ da metodologia aplicada.

É importante frisar que a Universidade ainda pode opor Embargos a Execução,

para discutir o valor dos créditos. Esse expediente poderá prorrogar ainda mais o pagamento aos substituídos.

Ressalta-se, ainda, a importância dos servidores que possuem direito a diferença referente ao processo de 28,86%, de procurarem o quanto antes à assessoria jurídica do sindicato para assinarem o contrato e a respectiva procuração.

Últimos dias para regularizar situação

Atenção, associados! O Departamento Jurídico do Sint-UFV alerta que está muito próximo de encerrar o prazo para que seja regularizada a situação referente às demandas coletivas para evitar o desconto previdenciário sobre o 13º salário, a que visa à paridade entre ativos e

aposentados na concessão de gratificação GDAE e a relativa ao percentual de 28,86%. Os associados devem procurar o Departamento Jurídico com a máxima urgência. Quem quiser ter mais informações sobre o assunto pode entrar em contato pelo telefone (62) 3261-4465.

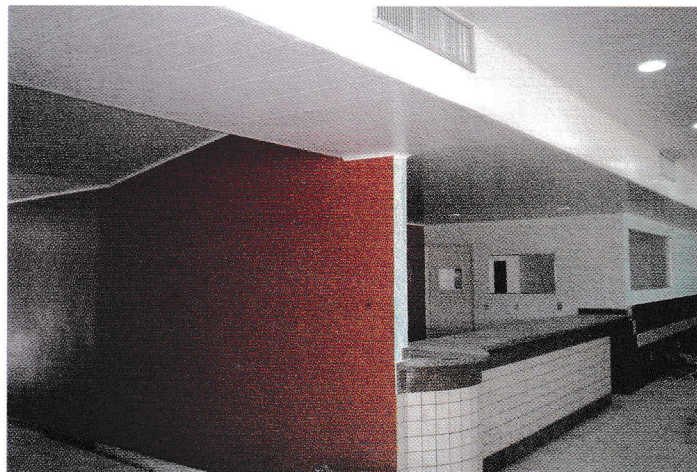
Restaurante do clube volta a funcionar no dia 3/12 em clima de festa

A reforma nas instalações do restaurante é uma conquista da categoria

A reabertura do restaurante da sede social do Sint-UFG será marcada por uma grande festividade. A comemoração está agendada para o dia 3 de dezembro, no clube, a partir do meio-dia. Entre as atrações que estão programadas para a festa, haverá apresentação de música ao vivo, além de homenagens.

Os filiados ao sindicato que quiserem levar depen-

dentes e convidados devem retirar os convites na sede social, ou na sede administrativa. Os convites estarão disponíveis até o dia 2 de dezembro, sexta-feira. Venha você também participar desta grande festa, e traga sua família! A reforma do restaurante do clube é mais uma conquista que irá beneficiar todos os filiados e merece uma bela comemoração.



Campeonato soçaite reúne sete equipes

Está previsto para o dia 17 de dezembro o término do Campeonato de Futebol Soçaite "Luiz Antônio de Lima - Luizão". Participam da competição – que está na primeira fase – cinco equipes da UFG (Escola de Agronomia, FEN, DMP, Transporte e Olímpico) e dois times convidados (PRF e Serra Dourada). Os quatro classificados na primeira fase irão disputar a segunda etapa do campeo-

nato.

Os jogos, que começaram no dia 15 de outubro, acontecem aos sábados, a partir das 9:30h, em três campos de futebol soçaite na Sede Social do Sint-UFG. A premiação para os campeões inclui troféus e medalhas para os três primeiros colocados, além de troféus para o artilheiro do campeonato e o goleiro menos vazado.



QUADRO DEMONSTRATIVO DE PECÚLIOS PAGOS EM 2005

PECULIADOS	NOME DO FALECIDO	GRAU PARENTESCO	DATA DO OBITO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR PAGO
Wania Marcia Moura Botosso	Duílio Botosso	PAI	31/1/2005	4/2/2005	4.413,50
Ruy Barbosa de Moura Botosso	Sebastiana de Moura Botosso	IRMÃ	17/2/2005	11/3/2005	4.413,50
Jose Rodrigues de Godoi	José Rodrigues de Godoi	TITULAR	19/12/2004	10/04/05	4.413,50
Jesus Belo da Silva	Hindemburgo Belo da Silva	PAI	22/3/2005	5/4/2005	4.413,50
Clarindo Pereira da Silva	Clarindo Pereira da Silva	TITULAR	28/3/2005	11/4/2005	4.413,50
Antônio Gomes de Faria	Sebastiana Gomes de Faria	MAE	7/4/2005	15/4/2005	4.413,50
José Leite de Moraes	José Leite de Moraes	TITULAR	12/4/2005	28/4/2005	4.413,50
João de Deus Pereira Falcão	João de Deus Pereira Falcão	TITULAR	3/5/2005	16/5/2005	5.092,50
Maria José Pires	Ernesto Gonzaga	PAI	6/5/2005	16/5/2005	5.092,50
Cleusa Alves Martins	Maria Pereira de Siqueira	MAE	21/3/2005	9/6/2005	5.092,50
Antônio Gonçalves da Silva	Francelina Santana da Silva	MAE	10/6/2005	24/6/2005	5.092,50
Izabel Maria Lopes Cunha	Joaquim Ananias Lopes	PAI	15/7/2005	22/7/2005	5.092,50
Marlene Carvalho Solino	Teobaldo Solino	PAI	16/8/2005	2/9/2005	5.092,50
Percival Gomes de Paula	Percival Gomes de Paula	TITULAR	11/9/2005	7/10/2005	5.092,50
Elisene Bonach	Otto Waldemar Bonach	PAI	5/10/2005	17/10/2005	5.092,50
Heloisa Helena Morbeck	Antônio Morbeck	PAI	6/10/2005	17/10/2005	5.092,50
Maria Aparecida Tallon Lobo	Astolpho Tallon	PAI	6/10/2005	18/10/2005	5.092,50
Luiz Antônio da Silva	Luiz Antônio da Silva	TITULAR	11/11/2005	25/11/2005	5.092,50